

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CNPJ nº 96.536.370/0001-17, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). Aureleano Prados Pires;

E

SINDICATO RURAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CNPJ nº 90.865.809/0001-79, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). Fabio Edson Monteiro Bittencourt;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - SALÁRIO NORMATIVO DA CATEGORIA

A partir de 1º de março de 2023, aos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, será assegurado um salário normativo de R\$ **1.705,00** (Um mil e setecentos e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - SALÁRIO DOS CAPATAZES NA AGROPECUÁRIA

O salário dos capatazes na agropecuária será de um salário normativo da categoria, acrescido de 30% (trinta por cento) sendo o valor de R\$ **2.216,50** (Dois mil e duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Único - Será considerado capataz todo empregado que tiver em seu comando 02 (dois) ou mais empregados no estabelecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO DO TRATORISTA, OPERADOR DE AUTOMOTRIZES E RETROESCAVADEIRAS

O salário dos tratoristas, operadores de automotrizes e retroescavadeiras será de um salário normativo da categoria, acrescido de 15% (quinze por cento) sendo o valor de R\$ **1.960,75** (Um mil e novecentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos), desde que no efetivo desempenho de sua função.

Parágrafo Único - O operador de automotriz terá direito também, a uma percentagem de 0,5% (meio por cento) sobre o produto líquido por ele colhido, durante a safra.

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO DA EMPREGADA RURAL

O salário da empregada rural será de um salário normativo da categoria, sendo o valor de R\$ **1.705,00** (Um mil e setecentos e cinco reais).

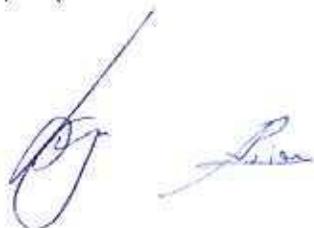
CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO DO AGUADOR

O salário do aguador será de um salário da categoria, sendo o valor de R\$ **1.705,00** (Um mil e setecentos e cinco reais).

Parágrafo Único - Os trabalhadores na aguação receberão também, uma percentagem correspondente a 1,5% (um virgula cinco por cento) sobre a produção seca da área por ele aguada.

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO DO INSEMINADOR

O salário do inseminador será de um salário normativo da categoria acrescido de 30% (trinta por cento) sendo o valor de R\$ **2.216,50** (Dois mil e duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).



Parágrafo Primeiro - O inseminador receberá também, uma percentagem correspondente a 1kg (um quilo) vivo de vaca, por animal bovino ou ovino que não retornou.

Parágrafo Segundo- Quando o empregado do estabelecimento exercer o serviço de inseminação, receberá o salário de inseminador pelo período da inseminação.

CLÁUSULA SETIMA - SALÁRIO DO DOMADOR

Sempre que o empregado exercer o serviço de doma em animais de propriedade do empregador, receberá além do salário normal, um salário normativo da categoria por animal domado.

CLÁUSULA OITAVA - REPOSIÇÃO SALARIAL

Os integrantes da categoria profissional, a partir de 1º de março de 2023 terão uma reposição de 8,59% (oito virgula cinquenta e nove por cento) sobre o salário de 1º de março de 2022 podendo-se descontar os aumentos legais e espontâneos, concedidos durante o período revisando.

Parágrafo Único - O período revisando da próxima Convenção, será de 1º de março de 2023 à 29 de fevereiro de 2024.

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

Os empregadores serão obrigados a efetuarem o pagamento de salários em moeda corrente, sempre que o mesmo realizar em sextas-feiras ou vésperas de feriados.

Parágrafo Único - Se o pagamento do salário for feito em cheque, a empresa dará ao trabalhador o tempo necessário para descontar no mesmo dia.

CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO DE DIA NÃO TRABALHADO

O empregado rural diarista fará jus ao salário do dia quando comparecer ao local de serviço e não puder trabalhar em consequência de chuva ou outro motivo alheio à sua vontade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado com identificação da empresa, da qual constará a remuneração, discriminação das parcelas, quantia líquida paga, os dias trabalhados, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a previdência Social e o valor correspondente ao FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HABITAÇÃO E ALIMENTAÇÃO

Os integrantes da categoria sofrerão o desconto sobre 01 (um) salário mínimo de até 14% (quatorze por cento), sendo o valor de R\$ 182,28 (cento e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos) referente a alimentação e de 5% (cinco por cento), sendo o valor de R\$ 65,10 (sessenta e cinco reais e dez centavos), referente a habitação desde que acordada entre as partes no momento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ATRASO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

Estabelece multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo do salário na hipótese de atraso no pagamento de salário até 8(oito) dias e de 5% (cinco por cento) no período subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REMUNERAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Os empregados nos casos inadiáveis poderão prestar serviço suplementares até o limite de 12 (doze) horas por dia, as primeiras duas horas suplementares serão remuneradas



de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo e as demais com 60% (sessenta por cento) de acréscimo, independente ao que a lei assegura sobre horas normais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Todo o empregado rural com 05 (cinco) anos ou mais de serviço na mesma empresa faz jus ao acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário da categoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REMUNERAÇÃO DO ADICIONAL NOTURNO

Fica assegurado o adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento) aos trabalhadores da categoria, sobre a hora reduzida de 52,30 minutos. Considera-se horário noturno entre 22 horas e 5 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - INSALUBRIDADE

Aos trabalhadores que lidam com defensivos agrícolas, fica estabelecido o adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo quando no efetivo desempenho da atividade insalubre, independente de Perícia Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADICIONAL DE TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS

As horas de trabalho prestados em domingos e feriados não compensadas, serão pagas conforme a lei pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMISSÕES

Todo o empregado comissionado quando for despedido sem justa causa independente do término da safra, receberá a importância da comissão ajustada, proporcional ao tempo do efetivo serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMISSÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO

Toda promessa de pagamento de comissão ou participação da produção feita ao empregado, será feita mediante contrato expresso ajustado entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

Todo empregado que permanecer em auxílio doença ou auxílio acidente, terá direito em receber do empregador a importância necessária a complementação integral do salário pactuado, por um período de 15 dias (quinze) dias a partir do 16º (décimo sexto) dia de afastamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado rural, fica o empregador obrigado a pagar aos familiares um auxílio correspondente a um piso salarial da categoria. Este auxílio será único e pago no prazo de 20 (vinte) dias a partir do óbito.

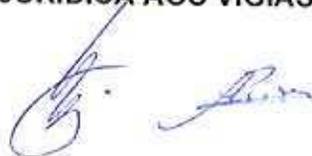
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PLANTIO DE SUBSISTÊNCIA

Os empregadores fornecerão a fração de terras de meio hectare aos seus empregados, para que os mesmos cultivem hortas e outras plantações de subsistência. O empregador rural poderá a seu critério fornecer pastagem com assistência a animais de propriedade de seu empregado sem que tal benefício seja incorporado no salário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - TRANSPORTE ESCOLAR

O Empregador deverá fornecer meios de transporte aos filhos de seus empregados que estudem em escolas distantes no máximo de 15 (quinze) quilômetros do local de trabalho, observando os dois turnos escolares.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS VIGIAS



A empresa prestará assistência jurídica a seus empregados que no exercício da função de vigia praticar ato que o leve a responder ação penal, desde que julgado inocente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REGISTRO DE FUNÇÃO NA CTPS

Todo o empregador deverá registrar na CTPS do empregado expressamente a efetiva função por ele desempenhada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Readmitido o empregado no prazo de 08 (oito) meses na função que exercia, não será celebrado novo contrato de experiência desde que cumprida na integralidade anterior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Todas as rescisões de contrato de trabalho de empregado de tempo superior a 12 (doze) meses, serão feitas na presença do Sindicato da categoria, ficando a critério do empregador a presença de um representante do Sindicato dos Empregadores Rurais.

Parágrafo Primeiro: Tratando-se de empregado analfabeto independente do período, as rescisões serão sempre perante o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ficando a critério do empregador a presença de um representante do Sindicato dos Empregadores Rurais.

Parágrafo Segundo: A quitação de verbas rescisórias, em rescisões homologadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Assis não quita a totalidade das parcelas e sim os valores descritos, mesmo que não sejam feitas as ressalvas no instrumento rescisório nos termos do enunciado 330 do Colendo Tribunal superior do Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

Sempre que o aviso prévio for de iniciativa do empregado ficará ele obrigado a comunicar o empregador com antecedência mínima de 15 dias, recebendo a remuneração correspondente aos dias trabalhados. Sempre que for de iniciativa do empregador e o empregado encontrar novo emprego ficará dispensado do cumprimento do restante do prazo, tendo direito a receber a remuneração correspondente aos dias trabalhados durante o respectivo prazo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO E ALIMENTAÇÃO

O Empregador deverá fornecer ao empregado rural moradia em condições de higiene e salubre que preencham os requisitos básicos de habitação e alimentação pronta e de boa qualidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - RETENÇÃO DA CTPS PELO EMPREGADOR

O empregado deverá ter em seu poder sua CTPS com o registro atualizado de todas as anotações referentes aos seus contratos de trabalhos.

Parágrafo Único - Não poderá o empregador, sob hipótese alguma, reter a CTPS do empregado fora do prazo previsto em lei, sob pena de pagamento de uma multa diária correspondente a um dia de salário atualizado percebido pelo empregado, tantos dias quantos demorar a devolução.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - TRANSPORTE DO EMPREGADO NA RESCISÃO

Todo o empregador se obriga por ocasião da desvinculação do empregado de seu estabelecimento, a transportar de volta às expensas, todos os pertences do empregado e seus familiares ao domicílio de origem do mesmo, no prazo de no máximo 05 (cinco) dias, desde que dentro do município.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Nos estabelecimentos de exploração da pecuária, o empregador deverá fornecer ao empregado que laborar nas lidas de campo, a título de instrumento de trabalho, animal de montaria, os arreios completos, a capa ou poncho e o laço.

Parágrafo Único - Em casos de o empregado utilizar instrumentos próprios receberá como indenização 8% (oito por cento) do salário normativo da categoria por mês, e quando utilizar animal de montaria receberá 15% (quinze por cento) do salário normativo por mês, desde que autorizadas por escrito o uso destas indumentárias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE

Todo o empregado que retornar da previdência por motivo de auxílio doença não decorrente de acidente de trabalho, não poderá ser dispensado sem justa causa pelo período de 60 (sessenta) dias subsequente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA EM VÉSPERA DE APOSENTADORIA

Fica assegurada a estabilidade no emprego pelo período de 12 (doze) meses anterior ao direito adquirido à aposentadoria voluntária ou por idade, exceto em demissão por justa causa ao empregado que trabalhar a mais de 03 (três) anos para o mesmo empregador, desde que comunique formalmente ao mesmo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INTERVALO INTRA TURNO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

O intervalo intra turnos será de no mínimo 1 (uma) hora e no máximo 2 (duas) horas.

Parágrafo Primeiro: Será permitido o intervalo de no mínimo 30 minutos somente no período do plantio e da colheita.

Parágrafo Segundo: A não concessão ou concessão parcial do intervalo mínimo de 1 (uma) hora para repouso e alimentação, implica o pagamento integral de 1 (hora) com acréscimos de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SETIMA - ABONO DE FALTAS

Obrigam-se em não descontar de seus empregados faltas ao serviço, num limite de 02 (duas) por mês, desde que justificadas com baixa hospitalar, para atendimento de saúde dos filhos menores ou cônjuge ou companheiro (a) desde que comprovada a relação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

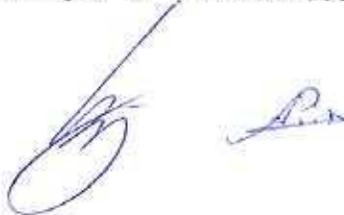
São devidas férias proporcionais ao empregado, com menos de um ano de serviço que pediu demissão.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO

O empregador é obrigado a deixar a disposição dos empregados, gratuitamente, mediante recibo, os equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos que deverão ser obrigatoriamente usados pelos empregados durante a execução da tarefa. A recusa, por parte do empregado, quanto ao uso de I.P.I. e/ou I.P.C (Equipamentos de Proteção Individual ou Coletivo), ensejará a aplicação das penalidades, previstas em lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

Os empregadores reconhecerão como válidos os atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais que prestam serviços ao sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Assis.



CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - PRIMEIROS SOCORROS

Todo empregador se obriga manter em seu estabelecimento a disposição de seus empregados, uma caixa de primeiros socorros (medicamentos).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DELEGADO SINDICAL

O Trabalhador rural eleito pelas bases sindicais para o desempenho de Delegado Sindical e reconhecido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Assis, será garantida à estabilidade de emprego durante o período que tiver investido nesta função, em número de um por estabelecimento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DISPENSA PARA ASSEMBLÉIA

Sempre que houver convocação dos trabalhadores rurais do município de São Francisco de Assis, para participarem das "Assembleias Gerais do STRSFA", não poderá o empregador impedir a presença ou descontar o dia utilizado para este fim, não podendo ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) dos empregados do estabelecimento, escolhidos a critério do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Os empregadores descontarão um dia de salário de seus empregados, no prazo de 30(trinta) dias da data base dessa convenção, para fins assistenciais, e recolherão em nome do suscitante na agencia local da SICREDI Agência 0437 São Francisco de Assis Conta nº50020-9, fazendo constar no verso da guia de recolhimento a relação individualizada dos empregados contribuintes.

Parágrafo Único: O empregado poderá se opor ao desconto perante o empregador até 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento reajustado de acordo com a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Os empregadores ficam incumbidos a descontarem mensalmente de seus empregados, 1% (um por cento) do salário normativo da categoria, desde que cumpridas todas as disposições legais e recolher os valores em favor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Assis, em qualquer agência bancária ou casa lotérica até o dia 05 (cinco) do mês subsequente em guias elaboradas pela FETAR/RS. Após esta, somente no Banco do Brasil.

Parágrafo Primeiro: O não recolhimento no prazo estipulado acarretará multa de 10% (dez por cento) sem o prejuízo da correção legal.

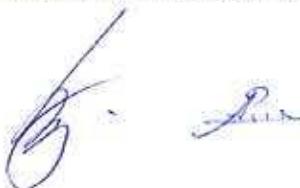
Parágrafo Segundo: O empregado poderá se opor ao desconto perante o empregador até 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento reajustado de acordo com a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Terceiro: Caso haja oposição ao desconto este deverá ser feito por escrito, devendo ser homologado pelo Sindicato da Categoria, com a presença do empregado interessado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DO SEU CUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento desta convenção e ajuizada a ação cabível, a parte vencida fica sujeita ao pagamento de multa equivalente a 01 (um) valor de referência a parte vencedora.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SETIMA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA



As comissões de conciliação prévia prevista na lei 9.958 de janeiro de 2000 na área rural só poderão ser instituídas à nível de Sindicato com abrangência na base territorial do Sindicato acordante.

Parágrafo único: Durante a vigência desta convenção se for criada comissão à nível de empresa ou estabelecimento rural, estas não terão validade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DAS AÇÕES TRABALHISTAS

Fica acordado que todas as divergências que ocorrem entre os trabalhadores e empregadores, antes de serem ajuizadas as respectivas ações, deverão ser negociadas na presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Assis e Sindicato Rural de São Francisco de Assis para a tentativa de conciliação entre as partes. No caso de haver a conciliação, esta será válida como acordo extrajudicial.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – DATA BASE, ABRANGÊNCIA E VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá todos os integrantes da categoria profissional do **município de São Francisco de Assis**. A Data Base para todos os efeitos legais será de **1º de março**, e sua vigência de **1º de março de 2023 a 29 de fevereiro de 2024**.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

Para as novas contratações que ocorrerem a partir da assinatura desta CCT, realizadas mediante a carteira de trabalho digital, deverá o empregador entregar ao trabalhador contratado, uma cópia impressa do contrato de trabalho.

São Francisco de Assis/RS, 10 de abril de 2023.



AURELEANO PRADOS PIRES

Presidente

SIND DOS TRAB RURAIS DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS



FABIO EDSON MONTEIRO BITTENCOURT

Presidente

SINDICATO RURAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS